

O lugar epistemológico da não-pessoa no quadro teórico da enunciação

Thaís Weigert*



Resumo – Este texto pretende tratar da questão da não-pessoa na teoria da enunciação de Émile Benveniste, evidenciando seu lugar epistemológico a partir do texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*.

Introdução

O que desejamos trazer à apreciação desse ilustre colóquio é uma questão que envolve a possibilidade de a não-pessoa figurar na cena enunciativa não como espectadora ocasional, mas como personagem necessária.

Se falamos em quadro teórico da enunciação é porque acreditamos que é possível desenhá-lo com os contornos bem definidos de duas ciências: a ciência do signo de Ferdinand de Saussure e a ciência das significações de Michel Bréal.

Benveniste emoldura toda a sua reflexão nos pressupostos estruturalistas de Saussure, faz, portanto, uma semântica segundo princípios estruturais na qual ancora a enunciação, ato que plenifica o sentido dos signos. E Bréal é sem dúvida a inspiração de Benveniste para todas as questões que relevam da subjetividade na linguagem. Temos convicção de que Saussure e Bréal são a condição de existência da teoria da enunciação de Benveniste.

E essa teoria nada mais é do que a busca pela significação na linguagem. Para Benveniste, a vocação original da linguagem é significar e isso transcende e explica todas as funções que a lingua-

* Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

gem assegura no meio humano: todas as atividades da fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso, porque “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (1995, p. 222).

Faltando a linguagem, não haveria nem possibilidade de sociedade, nem de humanidade, porque “o próprio da linguagem é antes de tudo significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação” (1995, p. 222).

O lingüista sabe então que a linguagem tem como função *dizer alguma coisa*. Mas o que é exatamente essa *coisa* em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Eis aí o problema da significação (Benveniste, 1989, p. 8).

É com o intuito de desvendar o misterioso fenômeno da significação que Benveniste propõe a série de dicotomias que fazem a vida da enunciação: pessoas e não-pessoa, signos vazios e signos plenos, subjetividade e objetividade, forma e sentido, língua/sistema e língua/discurso, semiótico e semiótico, referência à instância de discurso e referência a uma situação objetiva.

Esse é o panorama em que a não-pessoa se inscreve. Ela faz parte da caminhada de Benveniste em demanda da significação na linguagem que passa necessariamente pela teorização enunciativa. A não-pessoa se encontra na confluência da língua/sistema com a língua/discurso, eis que pertence ao sistema de signos, enquanto forma lingüística, e ao discurso enquanto enunciada pelo sujeito.

1 O quadro teórico: algumas pinceladas

Para Benveniste, a língua se apresenta aos falantes sob duas possibilidades: no discurso, em que os falantes dispõem de um mesmo sistema de referências pessoais, que é a possibilidade do diálogo, da co-referencialidade, das relações intersubjetivas; e no sistema, em que os signos estão paradigmaticamente à espera de se realizarem no discurso.

São, portanto, dois modos de significância da língua, denominados semiótico e semiótico respectivamente, que requerem dois sistemas lingüísticos distintos, cada um com seu aparelho conceptual e objeto próprios.

O semiótico designa o modo de significação que é próprio do signo e sedimenta suas pesquisas na ciência do signo de Ferdinand de Saussure, é o domínio da língua/sistema e o semiótico é o modo de significância engendrado pelo discurso, necessitando que se ultrapasse a noção saussuriana do signo como princípio único, eis

que se trata aqui de uma nova dimensão, a língua/discurso, que tem como unidade a frase.

Benveniste pensa que é vantajoso avançar por lingüísticas diferentes – a do signo, semiótica, e a do discurso, semiótica –, “se elas devem, separadas, conquistar cada uma maior rigor, deixando para ver em seguida como elas podem se juntar e se articular” (Benveniste, 1989, p. 240).

O fato incrivelmente lógico da língua é que “esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base há o sistema semiótico, a organização dos signos [...] e sobre este fundamento semiótico a língua/discurso constrói uma semiótica própria, uma significação intencionada [...]” (Benveniste, 1989, p.233-234).

Assim desenhadas em uma tela acabada, essas duas possibilidades de língua nos parecem de fácil entendimento, no entanto o desenhista precisou de muitas tintas e foi buscá-las com Saussure e Bréal. Saussure emprestou-lhe as cores que pertencem à língua/sistema e Bréal as que colorem de subjetividade a linguagem, com os signos que *viajam continuamente e o elemento subjetivo*.

Como a exigüidade do texto não nos permite detalhar o quadro teórico, trazemos as considerações de Normand e de Suenaga sobre a relação teórica de Benveniste com Saussure.

Normand (1996b, p.131) discute a ligação teórica que Benveniste mantém com Saussure e resume bem toda a questão na qual Benveniste se debate ao longo de suas reflexões enunciativas, ao dizer:

[...] em todas as suas análises da significação encontramos, em graus diversos, uma mesma tentativa de conciliação: só levar em conta a *singularidade do objeto língua entre todos os objetos da ciência* (Benveniste, 1989, p. 46) e por aí, tratando do *interno*, ele é fiel a Saussure; dominar a língua numa teoria coerente, ou melhor, completa e, por aí, ele é levado a reintroduzir o *externo* para ultrapassar Saussure (Normand, 1996b, p. 131).

Suenaga (1997, p. 123) vê uma continuidade entre a noção de língua de Saussure e a instância de discurso de Benveniste. Para Suenaga, a concepção saussuriana de língua é “ainsi profondément traversée par une inspiration quasi-benvenistienne de l’*énonciation*, mais avant la lettre, comme si pour Saussure, jusque dans un simple son linguistique, résonnait la voix doublé des deux sujets *je et tu*” (1997, p. 128).

Concordamos com Suenaga, a inspiração quase-benvenistiana da enunciação, *mais avant la lettre*, pode ser comprovada nas próprias palavras de Saussure:

[...] quando, em uma conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavra *Senhores!*, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis [...] (CLG, 1980, p. 125-126).

Da relação teórica de Benveniste com Bréal, podemos dizer que em muitas questões enunciativas Bréal é retomado por Benveniste, às vezes *ipsis verbis*, às vezes com outras palavras. Na impossibilidade de apresentá-las em sua totalidade, trazemos apenas uma ínfima parte. Por exemplo, as noções de cena enunciativa e de co-referencialidade do discurso estão presentes nessas palavras de Bréal:

A multiplicidade de sentidos de uma palavra não produz nem obscuridade, nem confusão, porque a palavra

[...] chega preparada pelo que a precede e pelo que a rodeia, comentada pelo tempo e o lugar, determinada pelos personagens que estão em cena. Não há mais que um sentido, não só para aquele que fala, mas ainda para aquele que escuta, pois há uma maneira ativa de escutar que acompanha e previne o orador. Basta entrar de improviso numa conversação já começada, para ver que as palavras são guias pouco seguros, e que elas têm necessidade desse conjunto de circunstâncias, o qual como a clave em música, fixa o valor dos signos (1992, p. 184-185).

Bréal, entre outros ensinamentos, mostra que a língua nos oferece palavras nômades, os dêiticos, ora no deserto, ora no mar, ora na cidade, sempre irrepreensíveis na sua função de comunicar e de se comunicar: como o homem viveria sem seu distintivo específico, o *ego*, capaz de destacá-lo e de promovê-lo à condição única do *ser*?

A extrema egocentricidade humana exigiu uma marca única que a generosidade da língua nunca negou, o *ego* travestido na particularidade de cada língua, *Eu, Je, I, Ich, Watashi*, etc.

Se o solipsismo do homem houve por bem reservar-se um signo próprio e estender esse direito de propriedade a tudo que lhe pertence e a tudo que lhe diz respeito, a língua respeita, faz do palco do sujeito o seu palco, e emaranhando de tal forma os sentimentos do sujeito com os fatos que ele narra, transforma-o em um fazedor eterno de metáforas, com a precípua intenção de deixar

que a vontade *obscura mas perseverante* do homem desenvolva a linguagem, transforme a linguagem,

[...] como aquelas conchas que juncam a praia, restos de animais que viveram, uns ontem, outros há séculos, as línguas são repletas de despojos de idéias modernas ou antigas, umas ainda vivas, outras desde muito tempo esquecidas. Todas as civilizações, todos os costumes, todas as conquistas e todos os sonhos da humanidade deixaram sua marca que, com um pouco de atenção, se vê reaparecer (Bréal, 1992, p. 186).

2 A não-pessoa

2.1 Considerações iniciais

Antes de iniciarmos propriamente a discussão sobre a não-pessoa, queremos tecer algumas considerações. A não-pessoa é uma questão instigante na teoria desde o momento em que nos debruçamos sobre os textos que marcam o início da reflexão enunciativa de Benveniste. Parece-nos que realmente importante é o casal *eu/tu*, enquanto *ele* é conformado em uma correlação de pessoalidade, que considera que há uma diferença de natureza e de função entre *eu/tu* e *ele*, e opõe as pessoas *eu/tu* à não-pessoa *ele*.

O lugar epistemológico da não-pessoa, entretanto, vai se consolidando ao longo da teoria entre os anos de 1946 e 1970. Por isso é preciso conhecê-la em dois momentos, antes e depois de 1970, porque o texto *o aparelho formal da enunciação*, se bem compreendido, provoca uma mudança conceptual que amplia o horizonte enunciativo, possibilitando infinitas perquirições nesse fazer lingüístico.

Para que entendamos bem essa mudança, imaginemos que a língua é um grande círculo que Benveniste separa em duas partes: a subjetiva e a objetiva. No lado subjetivo estão os pronomes pessoais *eu* e *tu* e todos os dêiticos, que nascem no ato enunciativo. No lado objetivo estão o pronome *ele* e todos os termos que têm estatuto pleno e permanente. Mesmo reconhecendo que a língua comporta enunciados pessoais e enunciados que escapam à condição de pessoa, essa teoria, nos textos que antecederam 1970, modela a enunciação considerando somente a parte subjetiva da língua; os outros termos existem, é claro, mas recebem seu valor porque são enunciados por *eu*.

A caminhada heurística de Benveniste, no entanto, o leva ao entendimento de que é preciso trazer para o mundo enunciativo essa outra metade da Lua, e considerá-la passível de ser perscruta-

da com empenho igual ao dedicado à porção subjetiva. Assim o lingüista escreve, em 1970, *o aparelho formal da enunciação*, apagando a linha divisória entre as duas partes da esfera, por entender que “na enunciação, a língua se acha empregada para uma certa relação com o mundo” (Benveniste, 1989, p. 84).

2.2 O estatuto da não-pessoa antes de 1970

A oposição que Benveniste faz entre as pessoas, *eu* e *tu*, e a não-pessoa, *ele*, em princípio nos leva a acreditar que *ele* não encontra lugar importante nos estudos enunciativos, porque enfatizada é a subjetividade na linguagem ancorada no par *eu-tu*, que possui referência na instância de discurso, e esmaecida é a condição da não-pessoa, cujas propriedades são as de: não ser jamais reflexiva à instância de discurso, combinar-se com qualquer referência de objeto e servir só como substituto abreviativo.

Eis, portanto, o exíguo cenário em que a não-pessoa se move quando o teatro enunciativo se apresenta nos textos de 1946, *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1956, *A natureza dos pronomes*, e de 1958, *Da subjetividade na linguagem*.

É nada se comparado ao papel importante desempenhado pelas pessoas *eu* e *tu*, que, estando ligadas ao exercício da língua, organizam uma extensa cadeia de signos cujo traço definidor é o fato de se referirem sempre à instância de discurso sob a dependência de *ego*, não importando a que classe pertençam.

São os signos vazios que se plenificam no ato de discurso e responsáveis pela discursividade e intersubjetividade na linguagem: os pronomes, os advérbios, os adjetivos e todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc., assim como todos os termos que procedem dessa mesma relação são considerados indicadores de subjetividade.

Por oposição aos signos vazios há os signos plenos, que não remetem a eles mesmos mas a uma situação objetiva. Eles representam a porção objetiva da língua, aquela que está ligada ao sistema de signos. Esse é o universo da não-pessoa.

A referência é uma questão crucial na teoria. Ela perpassa todas as reflexões de Benveniste e é um divisor de águas entre a possibilidade de subjetividade dos signos vazios e a absoluta marginalidade enunciativa dos signos plenos.

Como encontrar então lugar para a não-pessoa na cena enunciativa, *eu-tu-aqui-agora*? *Eu* enuncia e propõe *tu*, *aqui* e *agora* “delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea

da presente instância de discurso que contém eu” (Benveniste, 1995, p. 279).

Talvez essa cena pudesse comportar mais personagens; e é Benveniste quem nos indica o caminho, não muito largo ainda, quando diz que a não-pessoa é a “forma do paradigma verbal ou pronominal que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como não-pessoa. Esse é o seu *status*. A forma *ele* tira seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*.” (1995, p. 292).

As palavras de Benveniste comprovam um fato que é da lógica da língua, isto é, a terceira pessoa não pode participar da cena enunciativa como enunciadora, porque *ele* não enuncia, *ele* é enunciado por *eu*, *ele* é trazido por *eu* para a alocação, visto que a terceira pessoa se refere a um objeto colocado fora da alocação.

Como a alocação “é o ato pelo qual um falante se dirige a outrem” (Dubois et al., 2002, p. 41), supõe, portanto, um falante e um ouvinte, *ele* se refere a um objeto colocado fora da alocação, porque *ele* é o de quem se fala, *ele* se refere a “não importa quem ou não importa o que” (Benveniste, 1995, p. 282), logo *ele* não fala, se *ele* falar, ele se torna *eu*.

Como “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (Benveniste, 1989, p. 84), podemos encontrar sempre na enunciação *eu + tu + tu' + tu'' + tu'''* inversíveis até o infinito, e nunca *ele*, porque *ele* só vai aparecer na fala de *eu* e *tu*, fazendo parte do discurso enunciado por *eu*.

Questionável, para nós, é o valor que Benveniste concede à forma *ele* no texto de 1958, *da subjetividade na linguagem*. Se por oposição, como quer Benveniste, *ele* é o que *eu* e *tu* não são, não caberia a *ele* parte tão grande e tão significativa quanto a *eu* e *tu*, já que à porção objetiva da língua pertenceria a cultura, a lei, a ordem, a natureza, o enunciado, etc.?

2.3 O valor da não-pessoa a partir de 1970

Talvez Benveniste quisesse nos deixar como legado a possibilidade de encontrar as respostas sobre a não-pessoa ao escrever o texto de 1970, *O aparelho formal da enunciação*.

Nesse ano, Benveniste modela a enunciação em um quadro formal, dizendo: “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua como um processo de apropriação” (1989, p. 84).

Vejamos como se dá esse processo:

1 – o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro; 2 – o locutor implanta o outro diante de si, qualquer que seja seu grau de presença; 3 – na enunciação, a língua se acha empregada para uma certa relação com o mundo; 4 – a referência é parte integrante da enunciação (Benveniste, 1989, p. 84).

Parece-nos que há aqui duas noções que merecem acurado exame: a de língua e a de referência. Se na enunciação, a língua se acha empregada..., é possível pensar que Benveniste se refere à totalidade da língua, isto é, a signos vazios e a signos plenos? E se a referência é parte integrante... não é de se pensar que aqui Benveniste desfaz a oposição mais importante da teoria, ou seja, a distinção entre referência à instância de discurso e referência a uma noção constante e objetiva?

E felizmente não estamos sozinhos, pois, para Normand (1996, p. 235), se a enunciação, isto é, se “o ato mesmo de produzir um enunciado (é) o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (Benveniste, 1989, p. 82), a distinção entre *sui-referência* (única e fugaz em cada ato de enunciação) e referência aos termos (que têm seu estatuto pleno e permanente) não se sustenta mais; esta distinção torna-se tão evanescente quanto o próprio ato de enunciação, pois tudo que se relaciona à referência, na língua em uso, depende da *sui-referencialidade*, já que a referência será sempre e inevitavelmente à situação cada vez única do locutor.

Normand (1996, p. 235) não tem dúvidas de que é isso que o texto de 1970, *o aparelho formal da enunciação*, quer trazer à luz, porque Benveniste, depois de dizer que a enunciação é “diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência” (1989, p. 86), amplia o papel da enunciação à totalidade do funcionamento da língua ao afirmar que “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (1989, p. 86).

O horizonte da enunciação não tem mais limites, pois o enunciador conta agora com um aparelho de funções, como a interrogação, a intimação, a asserção, etc.

Se ainda restava alguma dúvida sobre a inscrição da parte objetiva da língua no teatro enunciativo, Normand (1996, p. 235) observa: “interrogation, intimation e jusqu’ à l’assertion, domaine qu’on croyait pouvoir réserver à l’objectivité”.

Dubois et al. (2001, p. 74) dizem que a asserção é

[...] o modo ou tipo de comunicação instituído pelo falante entre si e o seu interlocutor e que consiste em fazer suas orações dependerem de uma frase implícita *Digo-lhe que* (*Trago ao seu conhecimento o fato de que*). A interrogação depende da frase implícita *Pergunto-lhe se* e o imperativo da frase *Ordeno-lhe que*. A frase assertiva, oposta à frase imperativa, é definida por seu *status*, a asserção (frase declarativa) *Paulo vem* é uma frase assertiva ou declarativa, oposta à frase interrogativa *Paulo vem?* e à frase imperativa *Venha Paulo*.

Como vivemos cotidianamente embrenhados em situações de discurso, usando a língua, apropriando-nos da língua, instaurando sujeitos e sendo instaurados, num vai-e-vem discursivo sempre presente, não nos damos conta de que sempre que *ego* se apropria da língua e propõe *tu* como alocutário, essa comunicação intersubjetiva se dá *pela e na* asserção, ou interrogação, ou intimação, etc., pois sujeitos apropriadores da língua se comunicam por enunciados, cujo tipo se moldará conforme a necessidade da situação, daquilo que chamamos a cena enunciativa, o *este-aqui-agora* do falante. E esse tipo de frase conterá a parte subjetiva e a objetiva da língua, pois se dizemos *Maria gosta de doce de batata doce*, está implícito *eu afirmo que*.

Em 1970, com *o aparelho formal da enunciação*, Benveniste quis realmente nos deixar como herança a possibilidade de perquirições infinitas, quando diz que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 90).

Considerações finais

A reflexões de Benveniste levaram-no à concepção de que a língua deve ser entendida em duas instâncias, a língua/sistema e a língua/discurso. Partindo dessa consideração desenhamos o quadro teórico emoldurando Saussure e Bréal em uma tela livre de ranhuras.

Vimos assim que a ciência do signo de Saussure é a pedra basilar da teoria da enunciação e que Benveniste translada as célebres dicotomias saussurianas para um novo cenário, o do discurso. E é no discurso que a subjetividade de Bréal é evocada, seus signos móveis e seu elemento subjetivo estão presentes em muitas das noções de Benveniste.

É preciso, no entanto, marcar a distinção que se estabelece entre os dois no tratamento do sentido. Bréal toma como ponto de

partida em sua ciência das significações, seu *ensaio de semântica*, o princípio segundo o qual é a atividade humana a causa primeira das transformações na língua. O sentido das palavras é histórico e social, pois as mudanças de sentido das palavras atendem a determinações geradas no próprio povo que as emprega. Para Benveniste é o ato de enunciação que confere sentido aos enunciados, pois o sentido é sempre a idéia expressa no ato discursivo que tem como referência a própria instância desse ato.

Podemos dizer que a caminhada da não-pessoa em busca de seu lugar epistemológico no quadro teórico da enunciação é a caminhada da própria teoria para demonstrar seu teorema da significação e decifrar os mistérios que se escondem em cada dicotomia.

Sintetizando esse percurso, sublinhamos três pontos:

1 – Benveniste (1989, p. 84) considera como dado constitutivo da enunciação o fato de que por um ato individual de apropriação da língua aquele que fala é introduzido em sua fala, e essa presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno, situação que vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação;

2 – Esse jogo de formas específicas seria, sem dúvida, jogado pelo locutor ao empregar: a) os índices de pessoa, *eu* e *tu*, que só se produzem na e pela enunciação;

b) os índices de ostensão, *este*, *aqui*, *agora*, etc., que nascem de uma enunciação, são produzidos por este acontecimento individual, são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida e cada vez eles designam algo novo;

c) o paradigma inteiro vasto e complexo das formas temporais, que se determinam em relação a *ego*;

d) os tempos verbais cuja forma axial, o presente, coincide com a enunciação;

e) todos os termos simples ou complexos que procedem de relações idênticas às referidas acima;

f) as grandes funções sintáticas como a interrogação, a intimação, a asserção, etc.

3 – Se todas essas formas fazem parte desse aparelho necessário, o *aparelho formal da enunciação*, e todas elas estão subjugadas ao locutor, e é dele que a enunciação depende, é em relação a ele que *este-aqui-agora* é enunciado, é fácil entender que a parte reservada à não-pessoa faz parte da enunciação, porque enunciada por *ego* que, ao se apropriar de *toda* a língua, faz de cada enunciado um centro de referência interno.

O fato de a não-pessoa encontrar espaço nas análises da teoria da enunciação permitiu muitos outros trabalhos sobre essa parte da língua que o texto de 1970, o *aparelho formal da enunciação*, trouxe literalmente à existência.

Referências

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- NORMAND, Claudine. Émile Benveniste: quelle sémantique? *LINX*, Du dire et du discours. 1996, p. 221-238.
- . Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996b (Série linguagem)
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- SUENAGA, Akatane. Benveniste et Saussure: l'instance de discours et la théorie du signe. *LINX*, Numéro Spécial, Émile Benveniste: vingt ans après, 1997, p. 123-128.